

dico / Enfermagem do Hospital Santa Teresa -HST- São Pedro de Alcântara/SC e de acordo com as especificações pertinentes ao através do SES 00079595/2023, Licitação nº 172/2023, na modalidade Dispensa de Licitação. Empresa EVA CONSTRUÇÕES LTDA. O valor inicial dos serviços contratados é de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais) com prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

Cod. Mat.: 933254

Portaria nº793 de 23/08/2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO a Portaria nº 953 de 26/11/2019 que aprovou a estruturação da Comissão de Acompanhamento dos Contratos das Unidades Hospitalares contratualizadas com a Secretaria de Estado da Saúde, que reunir-se-á quadrimestralmente.
Resolve:
Definir com a seguinte composição a Comissão de Acompanhamento do CT 022/2023 – SES 98979/2023 - Edital de Chamada Pública 2376/2019
Unidade: Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão – IMAS / Hospital Dom Joaquim
Município: Sombrio
CNPJ: 28.700.530/0002-42
I – Gestor Municipal de Saúde:
Titular: Cleiton da Rosa Dabóit;
Suplente: Marcela Caetano Alves Pacheco.
II – RepresentanteS da CIR:
Titular: Onice Medeiros de Lacerda;
Suplente: Fernanda Casagrande Velho Mattioli.
III – Representantes da Macrorregional de Saúde:
Titulares: Alessandra Simoni Borgert;
Nereu Soares Elias;
Rivane Pires Francisco Bianchi;
Suplente: Adaine Daros.
IV - RepresentanteS do Hospital:
Titular: Mariele Felipe Dassoler;
Suplente: Beatriz Schutz Godinho.
Florianópolis, 23 de agosto de 2023
Carmen Emília Bonfá Zanotto
Secretária de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 933325

PORTARIA nº. 790 – 22/08/2023.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022 e conforme processo SES 22540/2023, resolve **CESSAR CEDÊNCIA** do servidor **BENONI SIDINEI BRIZOLLA**, matrícula nº. 0650662-3-02, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível GEPRO-SES-13/D, cedido para a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, conforme Portaria nº. 1513, publicada no DOE de 30/12/2022, a contar de 10/08/2023.
CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO
Secretária de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 933217

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 119497/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **STOCK MED PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA**, CNPJ06.106.005/0001-80 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de Fornecimento n. 4263/2023 edital n. 153/2022.

Cod. Mat.: 933087

Extrato de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. **Estagiário: 1. Isadora Furlan da Silva;** Termo de Compromisso nº 056/2023; Data de Início: 21/08/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Infantil Joana de Gusmão.**2. Milliani Letícia Palmas Ribeiro;** Termo de Compromisso nº 066/2023; Data de Início: 04/09/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Regional Hans Diter Schmitz.**3. Amanda Reis Paiva Ramos;** Termo de Compromisso nº 067/2023; Data de Início: 04/09/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Regional Hans Diter Schmitz.**4. Bruna Gesser Clemente;** Termo de Compromisso nº 068/2023; Data de Início: 04/09/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Regional Hans Diter Schmitz.

Cod. Mat.: 933181

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. **Estagiários: 1. Taunae dos Santos Firmino;** Termo de compromisso nº 088/2022; Data de Rescisão: 13/08/2023.
Cod. Mat.: 933182

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR000238.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Fundação Hospitalar Rio Negrinho, com sede no município de Rio Negrinho. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2022TR000238 fica prorrogado até 30 de novembro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 22 de agosto de 2023. **SIGNATÁRIO:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Antônio Oliveira Gomes Filho, pela Fundação.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR001017.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, por meio do Fundo Municipal de Saúde. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR001017 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 18 de agosto de 2023. **SIGNATÁRIO:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Andrei Popovski Kolacek, pelo SMS.

Cod. Mat.: 933318

SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Militar

Portaria nº 752/PMSC de 23/08/2023.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 15, inciso II, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 380/07, com o Art 10, inciso II, parágrafo único, inciso I, do Decreto nº 1274 de maio/2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP, **LUCIO LUIZ DE LIMA, SOLDADO 1ª CLASSE PM RR MAT. 913578-2, a contar de 21/08/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 933160

SGP-e PMSC 13374/2021

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo por possível inadimplência contratual, instaurado a partir de documentos encaminhados pela então Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (pág. 02 e 03).
Afirma que a empresa Claro S.A. inscrita no CNPJ n. 40.432.544/0001-47 deixou de cumprir o contrato 169/PMSC/2020, no tocante ao prazo previsto no item 4.2.4 do Termo de Retificação nº 02, referente ao pregão eletrônico n. 57/SEA/2020, deixando de entregar chips de voz/dados e efetuar os serviços de portabilidade de linhas.
Conforme se verifica do documento inaugural, o prazo da empresa era dia 05/02/2021. Logo a empresa restou inadimplente com a Contratante por 18 dias, causando prejuízo da ordem operacional para PMSC.
Os fatos apurados foram reiterados pela DTIC por meio dos processos PMSC 44290/2021, 45286/2021 e 59207/2021, apensados ao presente SGPe.
Instaurado o PAIC, a empresa apresentou defesa prévia (pág. 164/171), buscando a não aplicação de penalidade, posto que

a inexecução do contrato foi ocasionada por motivos alheios à vontade da empresa. Sustentou que o fornecimento dos chips e a portabilidade estariam diretamente ligados a entrega dos aparelhos e, por não haver mais fabricação do equipamento licitado no mercado, teria que ser substituído o produto.

Pois bem.

A Administração tem o poder-dever de fiscalizar o contrato. Deve ser nomeado formalmente um fiscal para verificar a sua correta execução. Não cabe aqui juízo de oportunidade e conveniência do gestor em nomear ou não o fiscal. Esse é o entendimento pacífico no TCU.
A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos. [TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário] Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93. [Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara] Partindo dessa premissa, o servidor público nomeado para exercer a função de fiscal de contrato público tem a obrigação legal, sob pena de responsabilização, de notificar sempre que entender que a contratada está descumprindo com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93. [Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara] Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de uma inadimplência/descumprimento contratual, não é um ato discricionário, é um poder-dever.
Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma inadimplência/descumprimento contratual, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis. Corroborando com o que foi dito, a Lei n. 8.666, de 1993 traz vários dispositivos que impõem ao administrador público o dever de aplicar as sanções decorrentes de comportamentos que violem a Lei ou o contrato, dos quais é possível citar alguns importantes cuja base legal está disposta nos arts. 41, 76, 77, 81, 86, 87, dentre outros. A Lei 8.666/93 em seu art. 87, dispõe acerca das sanções aplicáveis, pela Administração, nos casos de inexecução total ou parcial de contratos firmados com os vencedores dos certames licitatórios. Vejamos:
“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: I – advertência;
II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
§ 1º – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
§ 2º – As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas conjuntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º – A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.”
Conforme se depreende da análise do dispositivo supracitado, as penas elencadas nos incisos I a IV são graduais e vão desde a advertência do contratado até a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sendo a “advertência” a penalidade cabível nos casos de infrações ou condutas irregulares leves; diametralmente oposta, está a “declaração de inidoneidade”, que deve ser imposta quando o contratado praticar condutas demasiadamente gravosas, tendo violado normas da Administração ou cláusulas contratuais.
É cediço que todos aqueles que optam por participar de licitações devem observar os preceitos que regem esse tipo de procedimento administrativo. **Dentre eles, destacam-se as cautelas necessárias quanto à fiabilidade dos preços ofertados nas propostas – e ratifi-**